

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Cláusula 1ª**

#### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a considerar para efeitos de contratação a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição, pelo Município de Torres Novas, contribuinte n.º 506 608 972, de prestação de serviços de produção da ambientação para o evento «Memórias da História 2025», entre 29 de maio e 1 junho de 2025, em Torres Novas.

### **Cláusula 2ª**

#### **Contrato**

1. Será exigível a redução a escrito do contrato, exceto nas situações previstas no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato a celebrar, independentemente da sua não redução a escrito, integrará os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no artigo anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.

### **Cláusula 3ª**

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Preço Contratual e Preço Base**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato referentes à prestação de serviços de produção da ambientação para o evento «Memórias da História 2025», bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos no mesmo âmbito, o preço base corresponde ao valor máximo de 12.196,00€ (doze mil cento e noventa e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a pagar pelo fornecimento de todos os serviços que constituem objeto do contrato.
2. Após a liquidação ao prestador de serviços, do valor referido na alínea anterior, não lhe será devida mais nenhuma quantia seja a que título for.
3. O prestador de serviços deverá proceder à emissão da fatura no prazo legal de 5 dias úteis a contar da prestação do serviço, sob pena de se proceder à devolução da mesma e não haver lugar a pagamento.
4. O preço referido no número nº 1 e nº 2 da presente cláusula inclui todos os custos relativos às atuações, deslocações, transportes, alojamento, refeições, montagens e desmontagens:
  - a) Quando os preços constantes da proposta forem também apresentados por extenso, e em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
  - b) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Condições de pagamento e faturação**

1. A quantia devida pelo Município de Torres Novas, nos termos da cláusula anterior, será paga por transferência bancária para NIB a indicar pelo prestador de serviços, As quantias devidas pelo Município de Torres Novas devem ser pagas até 30 dias após a receção das faturas nos serviços do município, desde que tenham sido apresentados todos os documentos que legalmente devam ser exigidos, nomeadamente fatura e certidões de ausência de dívidas às Finanças e à Segurança Social, se o valor a pagar for superior a € 3.000.
2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato - PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município.
4. Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do

disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no n.º 4 do Artº 9º do Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.

5. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações de:
  - a) Efetuar a prestação de serviço de acordo com o estipulado no presente caderno de encargos atendendo à cláusula 7ª;
  - b) Garantir a presença de técnicos de acordo com os horários de plano previamente acordado com a produção do evento;
  - c) Custear todas as despesas inerentes às montagens e desmontagens, honorários, alimentação, alojamento, transporte e/ou outras, da sua comitiva, no âmbito da prestação do serviço;
  - d) Ser titular de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais que garantam o pagamento de indemnizações legalmente exigíveis no âmbito da atividade;
  - e) Dispor dos meios humanos e técnicos adequados às funções a desempenhar;
  - f) Realizar as montagens e desmontagens com as condições técnicas e humanas acordadas previamente.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Modo e prazo da prestação do serviço**

1. Os serviços objeto do contrato estão definidos na cláusula anterior e na cláusula 1ª, sem prejuízo de outras obrigações decorrentes do presente caderno de encargos ou usos da profissão, nomeadamente a

produção de ambientação (elementos cenográficos) para o evento «Memórias da História 2025», entre 29 de maio e 1 junho de 2025, a realizar nos seguintes moldes:

a) Áreas a intervencionar:

*4 entradas do evento com decoração com o logo das Memórias da História*

- Colocação de pórtico de entrada com mastros e faixas de 8m. 8 mastros e 4 faixas;

*Praça Central*

- Colocação de mastros e pendões;

*Rua Gil Pais, Subida da praça p/o castelo 80mx6 - Decoração com logo das Memórias da História*

- Colocação de bandeiras no muro mastros e pendões
- Pendões atravessar a rua com o logo das Memórias da História, incluindo respetivos mastros

*Espaço de mesas e tasquinhas (25 x 11) - Sombras - Largo do Vento (Parque de Estacionamento)*

- Colocação de panejamentos de sombreamento incluindo respetivos mastros;

*Ligação da Rua Gil Pais à Rua de Trás os Muros até a Biblioteca, incluindo a união com a rua da Fontinha até chegar ao jardim das rosas*

- Colocação de bandeiras, e respetivos mastros caso seja necessário

*Espaço de mesas e tasquinhas (21 x 21) - Sombras - Jardim das Rosas*

- Colocação de mastros, travessões e panejamentos p/sombreamento;
- 16 mastros;

*Rua da Fontinha (Jardim das Rosas, até à rotunda) - Rua do Jardim das Rosas*

- Colocação de bandeiras de rua com decoração árabe (zona da mouraria);

b) Cronograma dos trabalhos:

- Montagens: de 19 a 26/05/2025;
- Desmontagens: de 02 a 06/06/2025 (2ª a 6ª feira da semana posterior ao término do evento).

**Cláusula 8ª**

**Modo de apresentação da proposta**

Os documentos que constituem a proposta podem ser apresentados por qualquer meio escrito eletrónico, redigida em português e devendo a receção ocorrer dentro do prazo limite para a sua apresentação.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Casos de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra e terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. A ocorrência das circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Resolução**

O Município pode resolver o contrato a título sancionatório por incumprimento por parte do fornecedor relativamente a prazos e horários referidos do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, mediante comunicação escrita ao fornecedor, salvaguardando-se o disposto em caso de força maior.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Caução**

1. Não é exigível a prestação de caução.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que o entender conveniente, proceder à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Foro competente**

Os litígios decorrentes do contrato, na falta de acordo das partes, serão dirimidos no tribunal competente mais próximo da sede do Município de Torres Novas.

#### **Cláusula 13<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 111B, de 31 de agosto, bem como o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo mesmo diploma, com as alterações em vigor.